



Prefeitura Municipal do Natal  
Secretaria Municipal de Tributação  
Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e  
Nota Natalense

Nº da Nota: 0000000623  
Competência: NOV/2021  
Data Prestação Serviço: 26/11/2021  
Nº da Nota Substituída:

Data/Hora de Emissão: 26/11/2021 às 17:01:29

Código de Verificação: 080470156

### Prestador de Serviços

CPF/CNPJ: 18.974.321/0001-52 Inscrição Municipal: 211.588-3  
Razão Social: PRIORI COMUNICACAO ESTRATEGICA LTDA  
Endereço: AV ALMIRANTE ALEXANDRINO DE ALENCAR, 808, Lagoa Seca, 59022-350  
Município: NATAL UF: RN  
Telefone: ( 84) 9930-2300 E-mail: OCTAVIOSANTIAGONETO@HOTMAIL.COM

### Tomador de Serviços

Nome/Razão Social: RAFAEL HUETE DA MOTTA  
CPF/CNPJ: 055.820.564-08 Inscrição Municipal:  
Endereço: RUA ISMAEL PEREIRA DA SILVA, 1775, CAPIM MACIO, 59082-000  
Município: NATAL UF: RN  
Telefone: E-mail:

### Serviços

10.07 - AGENCIAMENTO DE NOTÍCIAS.

Item	Descrição	Quant.	Vlr. Unitário	Valor Total
1	Serviços de coleta, síntese e difusão de materiais para meios de comunicação e de marketing político para o mandato do deputado federal Rafael Motta.	1,0000	9.000,00	9.000,00

Valor Total da NFS-e R\$: 9.000,00

Deduções (R\$)	Base Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor do ISS (R\$)	Outras Retenções (R\$)
INSS (R\$)	IRPJ (R\$)	CSLL (R\$)	COFINS (R\$)	PIS/PASEP (R\$)

### Outras Informações

Documento emitido por ME ou EPP optante pelo SIMPLES NACIONAL. Não gera direito a crédito fiscal de IPI.

Política

## Comissão aprova emenda de Rafael Motta para uso de tecnologias na educação básica

10 de novembro de 2021 | Heitor Gregório | Rafael Motta

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou, nesta quarta-feira (10), as prioridades do colegiado dentro do Projeto de Lei Orçamentária Anual 2022 (PLOA). Entre elas, uma sugestão do deputado Rafael Motta (PSB) voltada para a educação básica.

O texto trata da universalização do acesso à Internet em alta velocidade e o fomento ao uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica, no âmbito do Programa Educação Conectada.

O referido programa prevê, entre outros pontos, a formação de professores para práticas pedagógicas mediadas pelas novas tecnologias e o uso de conteúdos educacionais digitais em sala de aula.

"Aprovando nossa emenda, a Comissão mostra o seu compromisso com a educação. Acreditamos que novas tecnologias na área são fundamentais para dinamizar o processo de ensino-aprendizagem. Se aplicada na educação básica de modo responsável e criativo, pode apresentar diferentes benefícios para alunos e educadores", ressaltou o deputado Rafael Motta.



Política

### Emendas de Rafael Motta na LOA contemplam segurança pública

Uma das emendas inclui como meta o desenvolvimento de políticas públicas de segurança, prevenção e enfrentamento à criminalidade

Redação



Colaboração: Rafael Motta, PPSB, RN

O deputado federal Rafael Motta (PPSB) apresentou três emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA de 2022. Os textos foram aprovados, nesta terça-feira (9), pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados.

A primeira emenda inclui como meta o desenvolvimento de políticas públicas de segurança, prevenção e enfrentamento à criminalidade, com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento e no fortalecimento da segurança pública nos âmbitos federal, estadual e municipal.

“Entendemos que uma segurança pública de qualidade reflete diretamente em várias áreas da nossa sociedade. É por isso que o mandato tem um olhar voltado às questões que envolvem as forças de segurança, sendo inclusive pioneiro no envio de recursos para esta área”, resalta o parlamentar potiguar.

A emenda com foco na política antidrogas, por sua vez, busca viabilizar estratégias de redução de danos, em conjunto com ações e programas, para mitigar as consequências negativas do uso de drogas na sociedade. A iniciativa passa pela prevenção, promoção de conhecimento, articulação institucional, execução de ações e viabilização de recursos tecnológicos.

Já a emenda para a Polícia Rodoviária Federal tem por objetivo o aprimoramento da infraestrutura da PRF, com a construção, ampliação e reforma de postos, delegacias e sedes administrativas da instituição. “Estruturas mais modernas, seguras, representativas e funcionais permitem o desenvolvimento das atividades da PRF com mais qualidade”, destaca Rafael Motta.





Rafael Motta garante recursos para universalização do acesso à Internet (Foto Fábio Barros)

## **Emenda de Rafael Motta inclui recursos para universalização do acesso à internet na educação básica**

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou as prioridades do colegiado dentro do Projeto de Lei Orçamentária Anual 2022 (PLOA). Entre elas, uma sugestão do deputado Rafael Motta (PSB) voltada para a educação básica.

O texto trata da universalização do acesso à internet em alta velocidade e o fomento ao uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica, no âmbito do Programa Educação Conectada.

O referido programa prevê, entre outros pontos, a formação de professores para práticas pedagógicas mediadas pelas novas tecnologias e o uso de conteúdos educacionais digitais em sala de aula.

“Aprovando nossa emenda, a Comissão mostra o seu compromisso com a educação. Acreditamos que novas tecnologias na área são fundamentais para dinamizar o processo de ensino-aprendizagem. Se aplicada na educação básica de modo responsável e criativo, pode apresentar diferentes benefícios para alunos e educadores”, ressaltou o deputado Rafael Motta.



17 DE NOVEMBRO DE 2021



## Emenda de Rafael Motta inclui recursos para universalização do acesso à internet na educação básica

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou as prioridades do colegiado dentro do Projeto de Lei Orçamentária Anual 2022 (PLOA). Entre elas, uma sugestão de deputado Rafael Motta (PSB) voltada para a educação básica.

O texto trata da universalização do acesso à internet em alta velocidade e o fomento ao uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica, no âmbito do Programa Educação Conectada.

O referido programa prevê, entre outros pontos, a formação de professores para práticas pedagógicas mediadas pelas novas tecnologias e o uso de conteúdos educacionais digitais em sala de aula.

"Aprovando nossa emenda, a Comissão mostra o seu compromisso com a educação. Acreditamos que novas tecnologias na área são fundamentais para dinamizar o processo de ensino-aprendizagem. Se aplicada na educação básica de modo responsável e criativo, pode apresentar diferentes benefícios para alunos e educadores", resalta o deputado Rafael Motta.

Geral

## Projeto de Rafael Motta para criação e manutenção de bibliotecas públicas é aprovado na Comissão da Cultura

Por [Alexandro Pastarinho](#) - 23 de novembro de 2019



A Comissão da Cultura da Câmara dos Deputados aprovou o PL nº 386/2019, de autoria do deputado federal Rafael Motta (PSB/RN), que visa garantir a criação e manutenção de bibliotecas públicas pela União, estados e municípios. A proposta foi votada em conjunto com outros quatro projetos de lei relacionados à Política Nacional do Livro.

O substitutivo da relatora, deputada Alice Portugal (PCdoB/BA), define o conceito de biblioteca pública, regras de acessibilidade e de conservação de acervos, que deverão ser ampliados pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, e determina que haja pelo menos uma biblioteca pública em cada município brasileiro no prazo de cinco anos, além da recomendação de aquisição de títulos de autores regionais.

"Nós sabemos da importância da leitura e do longo caminho que temos para que nos tornemos um país de leitores. Para isso, o acesso facilitado ao livro é fundamental. As bibliotecas públicas cumprem esse papel e a nossa proposta é ampliar esses espaços públicos e que eles estejam adequados para todos", afirmou Rafael.

A proposta segue para as comissões de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)



Política

### Projeto de Rafael Motta para criação e manutenção de bibliotecas públicas é aprovado na Comissão da Cultura

24 de novembro de 2022 às 09:30 - Compartilhar



Foto: divulgação

A Comissão da Cultura da Câmara dos Deputados aprovou o PL nº 386/2019, de autoria do deputado federal Rafael Motta (PSB/RN), que visa garantir a criação e manutenção de bibliotecas públicas pela União, estados e municípios. A proposta foi votada em conjunto com outros quatro projetos de lei relacionados à Política Nacional do Livro.

O substitutivo da relatora, deputada Alice Portugal (PCdoB/BA), define o conceito de biblioteca pública, regras de acessibilidade e de conservação de acervos, que deverão ser amplados pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, e determina que haja pelo menos uma biblioteca pública em cada município brasileiro no prazo de cinco anos, além da recomendação de aquisição de títulos de autores regionais.

"Nós sabemos da importância da leitura e do longo caminho que temos para que nos tornemos um país de leitores. Para isso, o acesso facilitado ao livro é fundamental. As bibliotecas públicas cumprem esse papel e a nossa proposta é ampliar esses espaços públicos e que eles estejam adequados para todos", afirmou Rafael.

A proposta segue para as comissões de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Cultura

### Aprovado projeto de Rafael Motta para criação e manutenção de bibliotecas públicas

Proposta determina que haja pelo menos uma biblioteca pública em cada município brasileiro no prazo de cinco anos

Redação



Deputado Rafael Motta. Foto: Cristiano Brito

A Comissão da Cultura da Câmara dos Deputados aprovou o PL nº 386/2019, de autoria do deputado federal Rafael Motta (PSB RN), que visa garantir a criação e manutenção de bibliotecas públicas pela União, estados e municípios. A proposta foi votada em conjunto com outros quatro projetos de lei relacionados à Política Nacional do Livro.

O substitutivo da relatora, deputada Alice Portugal (PCdoB-BA), define o conceito de biblioteca pública, regras de acessibilidade e de conservação de acervos, que deverão ser ampliados pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, e determina que haja pelo menos uma biblioteca pública em cada município brasileiro no prazo de cinco anos, além da recomendação de aquisição de títulos de autores regionais.

“Nós sabemos da importância da leitura e do longo caminho que temos para que nos tornemos um país de leitores. Para isso, o acesso facilitado ao livro é fundamental. As bibliotecas públicas cumprem esse papel e a nossa proposta é ampliar esses espaços públicos e que eles estejam adequados para todos”, afirmou Rafael.

A proposta segue para as comissões de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).